

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA
REUNIÃO 11 março de 2022

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, reuniu o Conselho Municipal de Educação de Leiria (CME) na sala polivalente da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira, com a seguinte ordem de trabalhos.

1. Carta Educativa 20 30;
2. Outros assuntos.

A Vereadora da Educação, Anabela Graça, iniciou os trabalhos colocando à votação a ata do CME anterior, a qual foi aprovada por unanimidade.

De seguida, foi dado início à apresentação da proposta de Carta Educativa 20 30 (documento em anexo) e explicado que o documento foi produzido internamente com os recursos do município e não por uma empresa contratada para o efeito. Mais, foi explicado todo o processo, desde a fase de diagnóstico.

Apresentado o primeiro problema identificado: Fragilidades da Rede Escolar e os 3 objetivos que poderão contribuir para a sua resolução, os conselheiros usaram da palavra.

Henrique Gariso, representante do pessoal docente do ensino secundário, salientou que a área de residência não é garantia para que os alunos fiquem na Escola Secundária Domingos Sequeira (ESDS), por exemplo, dado que não há vaga para todos os alunos no secundário e a ESDS recusa um número significativo de alunos. Situação idêntica foi referida pela vereadora relativamente às crianças de 3 anos que não têm acesso aos jardins de infância da cidade. Para minimizar este facto, referiu, dentro de poucas semanas irão abrir mais 2 salas nas instalações da Escola Monsenhor José Galamba de Oliveira. Partilhou ainda que o projeto de escola é extremamente valorizado pelos pais, que não se importam de se deslocar à procura do melhor para os seus educandos. O Programa de Apoio às Famílias é, igualmente, muito valorizado pelos encarregados de educação, nomeadamente no que respeita à qualidade e segurança do tempo pós-letivo.

Helena Brites, representante das Juntas de Freguesia, relativamente à manutenção das escolas, Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, explicou que se trata de um trabalho de proximidade entre os diretores, as escolas e os presidentes de Junta de Freguesia.

Quanto à manutenção das escolas do 2.º e 3.º ciclo e secundário, o município transfere para as direções das escolas a verba recebida no âmbito da descentralização (20.000,00€/escola), esclareceu a vereadora. A propósito desta temática frisando que descentralização não é municipalização e que o caminho seguido pelo Município vai no sentido da construção de autonomia da escola.

Quanto ao problema dois: Cobertura e qualidade dos programas promotores de sucesso e apoio à família, partilhou-se a reflexão relativamente às AEC. Atendendo a avaliação contínua efetuada, a vereadora Anabela Graça explicou que o programa não está a funcionar bem e apresentou o caso de sucesso do Agrupamento de Escolas de Caranguejeira - Santa Catarina da Serra, com a flexibilidade de horário. Para o próximo ano, propõe o desenvolvimento de duas áreas: Atividade Física e Desportiva e Música.

Quanto ao programa de refeições escolares existe uma contínua monitorização quer pelos técnicos do município, quer pelos parceiros educativos, o que contribui decisivamente para o normal funcionamento dos programas.

Os transportes escolares são um problema de difícil resolução dado que a rede de transportes escolares assenta na rede de transportes públicos existentes e é supramunicipal. O Município está a negociar com a CIMRL no sentido de melhorar as situações consideradas «pontos críticos».

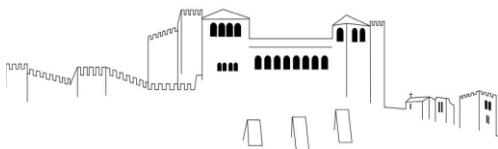
De seguida, as forças de segurança usaram da palavra para esclarecer a sua atuação junto das escolas, considerando o aumento de consumo e de tráfico de drogas. As escolas deverão telefonar a expor rotinas e horários em que ocorrem as evidências de tráfico e consumo para a Escola Segura e para a Investigação Criminal, dado tratar-se de uma rede de criminalidade e assim é mais fácil para atuar.

Dalila Almeida, representante do pessoal docente do ensino básico, questionou se não está previsto o alargamento do Programa Integrado de Combate ao Insucesso Escolar - PICIE ao 2.º ciclo, nomeadamente para apoiar os alunos estrangeiros. A vereadora esclareceu que neste momento o apoio é dado às crianças com 5 anos de idade e a frequentar o 1.º ciclo. Equaciona-se avançar com intervenção ao nível da transição do 4.º para o 5.º ano de escolaridade e aos grupos de alunos estrangeiros.

Apresentado o terceiro problema: Desvalorização do ensino profissional e necessidade de adequação da oferta à procura, garantia de formação ao longo da vida.

A vereadora referiu que o COVID prejudicou a evolução positiva do ensino profissional e que deveremos repensar o encaminhamento.

Cristina Marques, representante do Conselho Pedagógico do AE Domingos Sequeira, explicou o encaminhamento que é feito. Contudo, o problema está nas expectativas dos pais, que não querem que os seus educandos sigam o percurso do ensino profissional e não é possível controlar as matrículas, feitas online. Para



além da adequação do curso ao aluno nem sempre ser a melhor, têm prioridade na matrícula os alunos com ação social escolar (ASE) e alunos com necessidades educativas especiais (NEE).

Considerando que ainda existe um grande estigma face ao ensino profissional, a vereadora partilhou que os projetos Orienta-TE e Valoriza-Te trabalham estas questões.

A representante da CPCJ, Milene Ferreira, acrescentou que quando os alunos vão para percursos profissionais, vão numa fase tardia e que depois de um percurso de insucesso dificilmente retomam um percurso de sucesso.

O representante dos Pais e Encarregados de Educação, Hélder Brás, defendeu que para combater o estigma é necessário que as empresas mostrem a importância de profissionais e técnicos qualificados. Simultaneamente, deve garantir-se uma maior articulação entre a teoria e a prática, capacitar para o saber fazer. Ao longo dos anos foram-se perdendo as capacidades laboratoriais e um maior envolvimento do tecido empresarial nas escolas.

Inácio Castro, acrescentou que o trabalho de orientação profissional deve iniciar no pré-escolar e prolongar-se ao longo dos anos de escolaridade.

Elisa Silva, do AE Domingos Sequeira, relativamente à oferta de Cursos de Educação e Formação (CEF), referiu que a mesma deveria funcionar fora do espaço escolar, na medida em que o perfil destes alunos não se encaixa na escolaridade regular.

Cremilde Rodrigues, representante do ensino particular e cooperativo, acrescentou que deveriam ser integrados em escolas de ensino secundário, seria uma forma de valorizar estes alunos. A este propósito, a presidente da CAP do AE D. Dinis, Teresa Carreira, referiu que os critérios de encaminhamento deveriam permitir que o aluno abandonasse o ensino regular mais cedo. Ainda, relativamente a este assunto, Célia Afra, em representação da Assembleia Municipal, recordou que os últimos anos da sua carreira como professora foi a acompanhar estes alunos e que não partilha a opinião de os isolar da escola, mas encontrar um currículo que lhes faça sentido, os torne felizes e com sucesso.

De seguida, a proposta de Carta Educativa 2030 foi colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, considerando que a representante da CCDRC.

Os representantes da DGEstE e da CCDRC não participaram na discussão nem na votação, dado que as suas instituições terão de emitir pareceres sobre a mesma numa fase posterior do processo.

No ponto outros assuntos, os diretores partilharam com o Conselho Municipal o seu descontentamento pela falta de cordialidade e solidariedade institucional do secretário-geral da FERLEI, Carlos Rainho. A FERLEI está constantemente a solicitar documentos administrativos, alguns deles disponíveis online. Por outro lado, e num ano de grande turbulência para as escolas, quando os documentos são disponibilizados depois timing solicitado, por questões que se prendem com a proteção de dados, por exemplo, de imediato é feita queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), que por sua vez intimida. O gabinete jurídico da DGEstE tem prestado algum apoio, mas este ambiente não é saudável e não traz valor acrescentado, nem às escolas, nem aos alunos, nem às famílias. Por outro lado, a maioria das Associações de Pais e Encarregados de Educação não se reveem na FERLEI. Foram ainda partilhadas situações em que algumas associações deixaram de ser associadas. Acima de tudo, não é reconhecida competência científica e técnica ao secretário-geral da FERLEI para avaliar os programas escolares e algumas opções tomadas pelas respetivas unidades orgânicas (agrupamentos de escolas).

A vereadora acrescentou que, por vezes, também é solicitada informação à Câmara Municipal, até em áreas que não dizem respeito diretamente ao Município dado que são competência do Ministério da Educação / Escolas, e já reuniu várias vezes com o secretário-geral, a seu pedido, para análise de problemáticas e esclarecimento de dúvidas e situações.

O representante dos Pais e Encarregados de Educação disponibilizou-se para transmitir a mensagem dos diretores à FERLEI.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata. -----

A Vereadora da Câmara Municipal de Leiria

Anabela Graça